



Veto e sigilo: uma forma autoritária de governar

Antonio Carlos
Mendes Thame



É professor (licenciado) do Departamento de Economia da Esalq/USP e deputado federal (PSDB/SP)

O governo federal acaba de cortar R\$ 70 bilhões previstos para 2015 no Orçamento Geral da União (OGU).

Quase ao mesmo tempo, o governo do PT vetou proposta aprovada na Câmara dos Deputados e no Senado, que acabava com o sigilo nos empréstimos e financiamentos feitos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

A proposta fora apresentada pelo PSDB e propunha que “não poderá ser alegado sigilo ou definidas como secretas as operações de apoio financeiro do BNDES, ou de suas subsidiárias, qualquer que seja o beneficiário ou interessado, direta ou indiretamente, incluindo nações estrangeiras”.

A justificativa apresentada pelo governo federal para o veto foi que “feriria sigilos bancários e empresariais e prejudicaria a competitividade das empresas brasileiras no mercado global de bens e serviços”.

Na verdade, na era petista, o BNDES transformou-se em financiador de empreendimentos escolhidos pelos donos do poder e emprestando aos amigos do rei e da rainha, e pior, virou uma espécie de “Tesouro Nacio-

nal secreto paralelo”.

Aliás, um grande Tesouro paralelo, que entre 2007 e 2014 recebeu como repasse do Tesouro Nacional R\$ 436 bilhões (10,6 % do PIB - Produto Interno Bruto).

São dezenas de operações internas e no exterior sob suspeita, sempre com um traço comum: os beneficiários se tornam em seguida pródigos doadores do PT e de suas campanhas eleitorais.

No entanto, o governo petista quer mais: em recente medida provisória, foram autorizados R\$ 30 bilhões para o orçamento do BNDES, que também acaba de conseguir R\$ 10 bilhões do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Apenas financiamentos no exterior, como o porto de Mariel e o aeroporto de Havana, em Cuba, e o metrô de Caracas, na Venezuela, perfazem um valor próximo ao que acaba de ser cortado do Orçamento Geral da União.

Mais do que nunca, é preciso que se instale a CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do BNDES. Para fazer justiça, apenar os culpados pelos desvios e combater as azeitadas engrenagens da corrupção. A recente liberação parcial pelo BNDES de dados sobre empréstimos apenas reforça a necessidade de transparência total, o que só se obtém, para financiamentos já concedidos, com a instalação de uma CPI.